

# RIQUEZA E POBREZA EM UMA REGIÃO EXUBERANTE: OS DESAFIOS DO GESTOR EDUCACIONAL NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Fernando Teixeira da Silva - UFRA
Sidimar Pedroso Silva- UNEB
Jaime Júnior da Silva Mendonça- UFPA

**RESUMO:** A escola de hoje é observada pela sociedade como um dos poucos meios de ascensão intelectual e social, além de ser um ambiente propicio da firmação dos direitos humanos. Neste sentido a prática pedagógica, a formação sólida dos docentes e a preocupação com o desenvolvimento curricular compatível com a realidade dos educandos são importantes ferramentas para uma ação articulada com as necessidades dos indivíduos nelas inseridas. Este artigo busca partilhar algumas práticas pedagógicas de gestores de escolas públicas do Marajó-PA, em busca de fortalecer o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes e combater a violação de direitos destes indivíduos nesta região tão rica e ao mesmo tempo tão pobre, marcada por violações.

Palavras-chave: práticas; gestão; violência.

## INTRODUÇÃO

A escola no contexto educacional necessita mais que nunca de uma gestão que possa conduzir os procedimentos de ensino/aprendizagem de maneira enfática e com a qualidade de que necessita para cumprir seu papel, conduzir homens e mulheres a uma formação critico-reflexiva de sua própria existência e situação social culminando com uma ação ativa nos processos sociais.

A prática pedagógica como forma de ação da organização do trabalho pedagógico é de fundamental importância para o processo de ensino/aprendizagem desenvolvido dentro da comunidade escolar na perspectiva de contribuir para uma formação comprometida com a melhoria da qualidade de vida de crianças e jovens.

A escola contemporânea sofre com o desenvolvimento acelerado que ocorre a sua volta, onde as informações são atualizadas num "piscar de olhos", ocasionando de certa forma, o desgaste e o comprometimento das ações para o aprimoramento do ensino, fazendo com que a sala de aula se torne um ambiente de pouca relevância para a consolidação do conhecimento, tornando a vivencia social o requisito primordial para a busca do aprendizado.



A escola nesse contexto tem alternativa de rever suas ações e seu papel no aprimoramento da sua prática educativa, sendo que, uma análise sobre seus conceitos didático – metodológico precisa ser feita, de forma a adequar sua postura pedagógica ao momento atual e principalmente colocar-se na posição de organização principal e mais importante na evolução dos princípios fundamentais de uma sociedade, cumprindo assim sua função transformadora e idealizadora de conhecimentos científico – filosófico pautando o resultado de suas ações em saber concreto e tendo esta escola como cento de gestão democrática.

Falar em democracia no campo politico nos remete a entender a escolha pelo povo para seus governantes e para seus dirigentes em diferentes sistemas e espaços que envolvam a coletividade e a decisão de um bem comum, no entanto, para entendermos este termo em um pais que foi marcado por uma Ditadura violenta e com reflexos até os dias atuais no estado brasileiro ainda é muito complexo e superficial, principalmente ao olhar do "senso comum", por isso, tanta fragilidade e desconhecimento por parte de muitos gestores e diretores que buscam implementar uma politica gestora democrática em suas escolas para a tomada de decisões.

Nossa abordagem tenta buscar na gestão democrática este entendimento de direitos na perspectiva de um trabalho coletivo que envolva diferentes sujeitos que compõe a comunidade escolar para o entendimento, a prevenção e o enfrentamento desta chaga social do século XXI denominada "violência sexual" contra crianças e adolescentes, se aprimorando dos termos e conceitos para uma articulação comprometida com a mudança e com a diminuição de casos de violência sexual em nossa região, tendo o suporte curricular para o desenvolvimento de ações articuladas.

Entendemos que a violência sexual cometida contra crianças e adolescentes é uma violação de direitos humanos que fere a constituição e que deve ser punida de acordo com as leis que as legitimam, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA. Segundo o estatuto em seus artigos nº 86 e 87, reforçam que:

A politica de atendimento dos direitos das crianças e das pessoas que estão à frente desta Garantia de Direitos devem primar pela articulação das redes de enfrentamento a violência sexual para que de



forma efetiva e comprometedora as instituições governamentais e não governamentais dialoguem e possam executar de forma mais eficaz medidas que primem verdadeiramente pela garantia dos diretos de crianças adolescentes e não revitimizá - los como é feito constantemente. A escola é um lócus estratégico desta articulação, por tanto ela juntamente com outras instituições desempenha uma importante papel na medida que seus gestores conseguem perceber a sua importância neste dialogo e nesta efetiva empreitada para o enfrentamento mas acima de tudo para um trabalho preventivo (BRASIL, 2009).

Na atualidade se comenta muito sobre a problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes em muitas situações seus significados e conceitos acabam sendo deturpados, tanto pela mídia como pelos profissionais que não possuem um entendimento elaborado acerca desta temática. Para isso, Segundo o Guia Escolar (2004), conceitualmente a violência sexual pode ser observada sob as formas de: abuso sexual, exploração sexual e tráfico para fins sexuais:

O abuso sexual é o ato de uma pessoa envolver crianças e adolescentes em atividades sexuais. Não se restringe apenas ao estupro, inclui também atos libidinosos e manipulação emocional. A exploração sexual se caracteriza pelo ato de comprometer ou oferecer os serviços de uma criança ou adolescente como objeto sexual, nesta categoria inclui-se a utilização sexual de crianças e adolescentes, para tráfico com fins comerciais e de lucro.

Estes conceitos e termos são diariamente percebidos por muitos professores e gestores em suas aulas nestas escolas ribeirinhas do Marajó e muitas vezes não se tem um suporte técnico para enfrentar estas situações muitas vezes o medo e falta de segurança por parte dos próprios gestores se torna uma barreira enorme para a denúncia e para o trabalho de rede de enfrentamento a esta violência, ou até mesmo pelo desconhecimento e pela falta de formação destes educadores que não tiveram a oportunidade de se aprimorar deste conhecimento enquanto estudantes da educação.

Muitas dúvidas e situações estão por trás desta falta de entendimento, Segundo Minayo (1994), a violência é considerada um fenômeno biopsicossocial cuja complexidade dinâmica emerge na vida em sociedade, sendo que esta noção de violência não faz parte da natureza humana por não possuir raízes biológicas. Por isso, a



compreensão desta leva a análise histórica, sociológica e antropológica, considerando as interfaces das questões sociais, morais, econômicas, psicológicas e institucionais.

Santos (2002) define a violência como um dispositivo de poder, composto por diversas linhas de realização, uma relação especifica com o outro, utilizando a força e coação, causando um prejuízo social.

Já o termo exploração sexual acontece quando meninos e meninas são induzidos a manter relações sexuais com adultos e adolescentes mais velhos, quando são utilizados para a produção de material pornográfico ou levados para outras cidades, estados ou países com propósitos sexuais.

São situações em que as crianças e adolescentes são tratados como objeto sexual ou mercadoria. É uma forma de violência contra a infância e adolescência, equivalente ao trabalho forçado, e constitui uma forma contemporânea de escravidão.

A expressão tráfico de crianças e adolescentes com fins sexuais e comerciais compreende as seguintes modalidades: prostituição e pornografia infantil, tráfico para comércio sexual e turismo sexual infantil. O tráfico de pessoas compreende o deslocamento para outras cidades, estados e países. A finalidade é obter lucro com a utilização da prática sexual comercial das vitimas.

Entendemos que a violência sexual é um fenômeno multifacetado de causas variáveis que acontece em alguns casos dentro das famílias sob o silêncio e sofrimento, deixando muitas vezes marcas profundas para o resto da vida da vitima, quando esta não tem um acompanhamento integrado de profissionais capacitados , principalmente psicólogos, pedagogos e assistentes sociais, comprometendo o seu desenvolvimento biopsicossocial.

Finalizando, Faleiros (2000), um dos principais obstáculos ao combate à violência sexual contra crianças e adolescentes é a ocultação e o silêncio que encobre o fenômeno, principalmente no âmbito familiar, tal fato se deve muitas vezes do conhecimento da família tornando mais difícil o trabalho de intervenção da escola.

Por tanto, as práticas pedagógicas que primam orientar, prevenir e enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes parte da coletividade, do trabalho articulado envolvendo todos os sujeitos que compõe a comunidade escolar para que se



efetive os programas e projetos que pesquisam tal temática e surtam efeitos e não se tornem paulatinos sem mudança social. A estratégia destas práticas é envolver a comunidade escolar para o trabalho de multiplicadores da problemática inserindo os indivíduos das escolas e suas famílias e seu contexto tanto escolar, como social e cultural, buscando novos sujeitos para o trabalho multiplicativo da prevenção.

As práticas pedagógicas para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes desenvolvidas na região do Marajó, no estado do Pará- Brasil, foram frutos de dois projetos de pesquisa e extensão desenvolvidas durante os anos de 2009 a 2013, ambos em momentos e espaços gerencias diferenciados. O primeiro denominado "Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto - Juvenil no Território Brasileiro" – PAIR, intitulado no estado do Pará com o nome "Guarani", foi desenvolvido pela Secretaria de Estado, Justiça e Direitos Humanos- SEJUDH, sob a coordenação da Universidade Federal do Pará-UFPA e financiada pela Fundação de Amparo ao Desenvolvimento da Pesquisa – FADESP.

O segundo programa denominado "Empoderando as Comunidades Escolares para o Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes" vinculado ao Programa de Pós Graduação em Educação da UFPA e ao Grupo de Currículo e Formação de Professores na Perspectiva da Inclusão- INCLUDERE. Ambos os projetos sob a coordenação do Prof. Dr. Genylton Odilon Rego da Rocha, docente do Instituto de Ciências da Educação-ICED desta Universidade.

Tais programas vieram como respostas ao problema da violência sexual contra crianças e adolescentes em municípios com Índice de Desenvolvimento Humano baixíssimos segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Buscando articular solução junto aos gestores de escolas e comunidades escolares da região do Marajó, na perspectiva de conhecer as suas estratégias e atividades pedagógicas para um enfrentamento eficaz multiplicada a partir da atuação do Programa.

Os projetos desenvolveram-se precisamente nos municípios de Breves, Curralinho, Soure e Salvaterra, onde havia uma grande necessidade deste dialogo sobre a violência sexual devido a região apresentar grandes problemas econômicos, políticos,



educacionais e sociais, relevantes para a vulnerabilidade de crianças e jovens que diariamente são exploradas pelos rios e embarcações desta Amazônia exuberante. Além disso, a região desponta pelo o turismo ecológico e pelas rotas de tráficos de armas, drogas e seres humanos, dai a importância da atuação da Universidade, das Secretarias e das Escolas na busca de ações e práticas para o enfrentamento e acima de tudo para o trabalho preventivo evitando a exploração, o tráfico e a violência sexual de meninos e meninas marajoaras.

O Vinculo do segundo programa ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Currículo e Formação de Professores na Perspectiva da Inclusão, se deu pela trajetória teórica e pela formação dos grupos de estudos sobre a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes.

O programa buscou travar o dialogo com os gestores, docentes, funcionários, pais e alunos das escolas públicas da região do Marajó através de metodologias e ações concretas na procura de investigar como estas instituições vêm atuando neste enfrentamento no sentido de promover no período de atuação do programa ações pedagógicas de enfrentamento a violência sexual enfatizando a prevenção e o trabalho articulado em redes de enfrentamento tendo a colaboração de outras instituições municipais e órgãos governamentais e não governamentais.

Partindo deste mesmo entendimento metodológico o Programa PAIR-Guarani iniciado como um projeto piloto em 2008 a principio somente no município de Soure-PA, desenvolveu-se a partir da adesão da gestão do município para a implementação das ações metodologias tendo como objetivo atingir todos os setores que compõem a sociedade civil organizada daquele município, no entanto, o público alvo de maior expressão foi o da área ligada a Educação: professores, técnicos, gestores, funcionários e alunos foram os mais interessados em discutir a temática, sendo que em outros municípios a partir de 2009 o principal articulador junto ao programa ficou a cargo dos gestores das escolas públicas que tomaram a frente a articulação municipal para atingir outros setores tanto governamentais como não governamentais do município em uma nova estratégia para atingir a sociedade municipal por meio dos gestores escolares.



Observamos que no processo de enfrentamento da triste realidade que é a violência sexual contra crianças e adolescentes verificadas nestes municípios foi fundamental o papel da escola (e os sujeitos que a compõem), porém havia a necessidade de uma ação qualificada e para tal, os sujeitos ligados a comunidade escolar precisaram se empoderar dos debates, estudos, pesquisas, informações, políticas públicas, etc. que vêm sendo gerados em diferentes espaços e organizados pelos projetos e programas, ou seja, tal conhecimento foi oportunizado a partir da demanda e da organização metodológica dos gestores das escolas ribeirinhas na seleção dos estudos e processos formativos para a comunidade escolar,

#### **METODOLOGIA**

Os programas tiveram como foco de intervenção o desenvolvimento de ações voltadas para a sensibilização, mobilização, fortalecimento e formação de diferentes atores que integram a comunidade das escolas públicas localizadas nos municípios de Soure, Salvaterra, Breves e Curralinho para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes por meio das prática pedagógicas do desenvolvimento de reuniões, oficinas, seminários, cursos e campanhas educativas sobre a temática tendo a mediação dos professores gestores destas instituições educacionais.

Pretendeu-se fomentar a participação destas escolas públicas na rede integrada pelas instituições que atuam nos diferentes eixos de promoção, controle e defesa dos direitos da criança e do adolescente. O estímulo ao protagonismo juvenil se configura como mais uma das características e preocupações dos programas, visto que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, logo devem conduzir e protagonizar sua própria história com base na perspectiva de serem multiplicadores na luta em defesa da infância e adolescência e contra o abuso e a exploração sexual infanto-juvenil, tal ação foi observada a partir dos eixos transversais envolvendo saúde, educação e cidadania tendo o foco do enfrentamento e da prevenção inseridos no currículo das escolas.

Os programas realizaram campanhas temáticas a fim de mobilizar e sensibilizar a sociedade civil municipal para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescente, utilizando-se de materiais educativos (folder, banner, cartaz, adesivos etc.),



a serem divulgados na mídia local, nas instituições e nas formações realizadas pelos projetos, tendo em suas práticas conteúdos que revelam a importância do ECA, dos Planos Nacional e Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e as leis e normativas relacionados a temática como a importante campanha do dia "18 de maio", Dia Nacional de Enfrentamento ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes", para uma verdadeira a promoção de uma educação em direitos humanos.

Realizamos o levantamento de dados sobre os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes ocorridos nos últimos cinco anos nestes municípios e qual a relação destes casos com as escolas pertencentes ao programa. A partir deste levantamento foi feito um mapeamento da rede de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes em funcionamento nestes bairros destes municípios.

Os dados coletados foram sistematizados e analisados. Após as análises pela equipe dos Programas compostas por geógrafos, pedagogos, assistentes sociais, antropólogos e psicólogos foram elaborados os relatórios e mapas temáticos, bem como produzidos artigos científicos para serem partilhados nos municípios em eventos científicos locais, nacionais e internacionais que envolvam a temática.

As oficinas mediadas pelos gestores escolares e desenvolvidas pelos professores das escolas públicas tiveram em seus cunho pedagógico e prático o objetivo de desenvolver a sensibilidade e a promoção dos direitos humanos, para a formação de atores sociais envolvidos com este enfrentamento da violência sexual e com a efetivação de ações que promovam a prevenção efetiva desta violência e o alerta de crianças e adolescentes protagonistas de sua história e de suas vidas orientadas pelas práticas pedagógicas no sentido de entender os tipos de violação que estão sujeitas e vulneráveis e quais os mecanismos para a sua proteção e denuncia.

Tendo em vista o entendimento que na escola toda a aprendizagem se faz numa relação dialógica e horizontal, bem como a postura dos gestores educacionais em considerar, compreender e respeitar as especificidades locais, coletivas e individuais dos agentes sociais envolvidos no desenvolvimento deste conhecimento, buscou-se nas práticas formativas especificamente das oficinas uma perspectiva didático-pedagógica



fundamentada pela valoração do ser humano em toda a sua integridade e, neste sentido tentamos garantir as condições necessárias para a efetivação da troca de saberes.

As práticas pedagógicas desenvolvidas por meio das oficinas, reuniões, seminários, campanhas e minicursos tiveram como público alvo primeiramente as escolas públicas destes municípios para então serem disseminadas em outros setores e instituições no entanto em muitos momentos houve a necessidade da interação de outros públicos para somar nas propostas coletivas como a exemplo das campanhas e seminários que contaram muito com os movimentos sociais.

#### **RESULTADOS**

Neste contexto que a ação de pesquisa e extensão promovidas pela Universidade Federal do Pará e SEJUDH, através dos seus projetos e programas ganharam mais significância e influenciam nas ações e práticas dos gestores na medida que houve a promoção coletivamente de ações de enfrentamento e prevenção trazendo resultados satisfatórios para o diálogo com os sujeitos de comunidades de escolas públicas localizadas nestes municípios marajoaras.

A investigação como a instituição vem atuando no sentido de enfrentar o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, ou seja, tendo como primeiro passo o estudo diagnóstico e situacional destas escolas, bem como promover cursos, eventos e produção acadêmica que possibilitem uma intervenção mais qualificada nesta realidade saindo na "inércia" e tornando um clima de alerta de prevenção.

Os resultados trouxeram um maior fortalecimento, integração e articulação das escolas públicas localizadas nos municípios marajoaras na rede de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, possibilitando que as comunidades das escolas públicas localizadas nos bairros periféricos destes municípios ampliassem os seus conhecimentos acerca do quadro atual do abuso, exploração sexual e tráfico de pessoas para fins de exploração sexual comercial nos municípios.

Ministrar oficinas temáticas sobre violência sexual contra crianças e adolescente para as comunidades das escolas públicas, elaborando um mapa temático com a.



# CONSIDERAÇÕES

A educação se apresenta como um mecanismo muito forte de mobilização, sensibilização e busca da efetivação dos direitos de homens e mulheres. A Universidade desponta como uma ferramenta essencial e fundamental para chegar aos lugares mais distantes e difíceis de se trabalhar temas tão relevantes e carregados de tabus e medos como é caso da violência sexual contra crianças e adolescentes, principalmente em municípios que apresentam baixíssimos IDH, falta de emprego, falta de politicas públicas para esta área e descredito com o governo local.

Nesta perspectiva, a capacitação e formação humana promovida pelas atividades dos programas vieram somar e fortalecer esta discussão, contribuindo assim para a sensibilização, a mobilização e ações de seus alunos dentro e fora das escolas vivendo verdadeiramente um projeto de mudança social e universal

Segundo Santos (2000), a administração é o meio através do qual se organiza e controla o trabalho coletivo para se atingir os objetivos de uma organização. No que se refere à gestão, para Kanitz (2011) ela é uma função executiva, gerir é mais profundo que administrar, pois, além de planejar, organizar, controlar e avaliar, também coloca em prática as políticas e toma as decisões definidas pela administração.

As propostas dos dois programas de pesquisa e extensão só obtiveram êxito nessas regiões do Marajó porque houve o entendimento dos gestores educacionais em promover estratégias e práticas pedagógicas que melhorassem o seu trabalho e contribuíssem para o desenvolvimento do conhecimento de todos para tal temática para que futuros problemas desta natureza não comprometessem o bom andamento da escola e não desestabilizasse o objetivo comum da comunidade escolar que é promoção de uma educação pública, gratuita e de qualidade que leve em consideração o conhecimento dos seus alunos na perspectiva de um currículo flexível que reflita a realidade dos sujeitos que compõem esta sociedade.

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um assunto relevante e complexo em uma sociedade e que ainda caminha na efetivação dos direitos humanos. Para pensarmos neste enfrentamento da violência sexual destes sujeitos necessitamos do



encorajamento e sensibilidade humana de toda a comunidade escolar, pois apesar do nosso comprometimento como educador não conseguiremos nossos objetivos se não trabalharmos de forma articulada enxergando que todos devem empoderar-se.

A pesquisa, o ensino e a extensão, tripé de uma universidade pública de qualidade neste momento torna-se apenas um ensaio para esta busca em efetivar os direitos de todos e em particular o direito de uma vida sexual saudável e livre de riscos de violações como é o caso das crianças e adolescentes, a importância deste assunto é construir em nossa ação universitária um sentido de insatisfação e busca de mobilização social transformando os agentes tocados pelas práticas educativas os multiplicadores deste conhecimento, só a partir dai iremos avaliar os efeitos positivos e transformadores desta aprendizagem.



### REFERÊNCIAS

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069/90, de 13 julho de 1990-Legislação Correlata. Índice Temático – Brasília – 2009.

FALEIROS, Eva T. Silveira. Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Brasília: Thesaurus, 2000

GUIA ESCOLAR: **Métodos da identificação de sinais e abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004.

KANITZ, Stephen. Gestão ou Administração: qual a diferença?-2011

LÍRIO, Flávio Corsini de, e org. Como prevenir, identificar e combater o abuso e a exploração sexual e tráfico com fins sexual e comercial de meninos, meninas e adolescentes; *cartilhas para técnicos, gestores e educadores da Rede de Enfrentamento à Violência sexual*, Brasília: OIT – Secretaria Internacional do Trabalho, 2006.

MINAYO, M. C., A violência social sob a perspectiva da saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Osvaldo Cruz, 1994.

SANTOS, B.S. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, J. V. dos, Microfisica da violência, uma questão social mundial. In: *Ciência e cultura* (on line). São Paulo, v. 54 n. 1, p 22-24 jun – set 2002. Disponível em.http://www.cienciaecultura.bvs.com/scielo . Acesso em 22.01.2012.